

PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO EM PONTA GROSSA: Paisagem, uso e apropriação

PLAZA BARÃO DO RIO BRANCO EN PONTA GROSSA: PAISAJE, USO Y APROPIACIÓN

BARÃO DO RIO BRANCO SQUARE IN PONTA GROSSA: LANDSCAPE, USE AND APPROPRIATION

SGARBOSSA, GABRIELA KRATSCH

Mestre em Gestão Urbana, Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, gsgarbossa@uepg.br

RESUMO

As praças são entendidas como elementos de significativa importância no traçado das cidades brasileiras, assumindo diversas funções e possuindo tratamentos paisagísticos de diferentes influências ao longo dos séculos. Contudo, em alguns casos, podem ser percebidas como degradadas e inseguras. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar a evolução espacial e dinâmica de uso, desde sua concepção até a atualidade da Praça Barão do Rio Branco, localizada na região central da cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Estruturada em múltiplos métodos, a pesquisa foi realizada em três etapas, sendo a primeira de caráter metodológico, a segunda de viés teórico-conceitual e a última de feição empírica, visando a compreensão de como esse espaço é apropriado pela população. As pesquisas indicaram que no início da ocupação do território, a praça era utilizada para atividades de trabalho e serviço, mas com as primeiras intervenções paisagísticas, seu significado se altera e ela se constitui como o verdadeiro centro urbano, prioritário para a realização de atividades de lazer e culturais. Ao longo dos anos novas funções são incorporadas, e o sentimento de insegurança contribui para a sua não apropriação.

PALAVRAS-CHAVE: espaços livres; praças, áreas centrais.

RESUMEN

Las plazas son entendidas como elementos de significativa importancia en el trazado de las ciudades brasileñas, asumiendo diferentes funciones y teniendo tratamientos paisajísticos de diferentes influencias a lo largo de los siglos. Sin embargo, en algunos casos, pueden percibirse como degradados e inseguros. En ese contexto, el objetivo de este trabajo es evaluar la evolución espacial y la dinámica de uso, desde su concepción hasta la actualidad, de la Praça Barão do Rio Branco, ubicada en la región central de la ciudad de Ponta Grossa, Paraná. Estructurada en múltiples métodos, la investigación se llevó a cabo en tres etapas, la primera de carácter metodológico, la segunda de sesgo teórico-conceptual y la última de carácter empírico, visando comprender cómo ese espacio es apropiado por la población. Las investigaciones han indicado que al inicio de la ocupación del territorio, la plaza se utilizaba para actividades laborales y de servicios, pero con las primeras intervenciones paisajísticas, su significado cambia y se convierte en el verdadero centro urbano, prioritario para la realización de actividades de ocio y culturales. Con el paso de los años se incorporan nuevas funciones, y el sentimiento de inseguridad contribuye a su no apropiación.

PALABRAS CLAVES: Espacios libres; Plazas, Zonas céntricas

ABSTRACT

Squares are understood as elements of significant importance in the layout of Brazilian cities, assuming different functions and having landscape treatments of different influences over the centuries. However, in some cases, they can be perceived as degraded and unsafe. In this context, the objective of this work is to evaluate the spatial evolution and dynamics of use, from its conception to the present, of the Praça Barão do Rio Branco, located in the central region of the city of Ponta Grossa, Paraná. Structured in multiple methods, the research was carried out in three stages, the first of a methodological nature, the second of a theoretical-conceptual bias and the last of an empirical nature, aiming to understand how this space is appropriated by the population. Research has indicated that at the beginning of the occupation of the territory, the square was used for work and service activities, but with the first landscaping interventions, its meaning changes and it becomes the true urban center, priority for the realization of leisure and cultural activities. Over the years, new functions are added, and the feeling of insecurity contributes to their lack of appropriation.

KEYWORDS Open spaces; Squares, Central áreas.

Recebido em: 19/09/2024
Aceito em: 23/03/2025

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as praças são identificadas como um dos principais espaços públicos urbanos, marcos referenciais na paisagem e fundamentais para a vivência urbana, por possibilitar a realização de diversas atividades. Esses espaços são presentes nos traçados urbanos desde o início da colonização, geralmente associados à edifícios religiosos, abrigando múltiplas atividades, que variavam do abastecimento alimentar à festividade religiosa (Marx, 1980; Robba; Macedo, 2010).

Inicialmente as praças se conformavam pelo alargamento de vias, recebendo pouca ou nenhuma tipologia de tratamento paisagístico. No período de transição do século XVIII e XIX, começam a receber modificações, para alinhamento da estética e padrões de usos europeus. Assim, as intervenções realizadas se relacionavam com a inserção de ajardinamento e demarcação de caminhos, oportunizando a prática de passeios (Segawa, 1996). Durante o século XX, o modelo de praça ajardinada é estabelecido como modelo típico na percepção dos usuários, consolidando-se como elemento essencial para a garantia da qualidade de vida nas cidades. Ao longo do tempo seu programa se amplia, as linguagens projetuais se modificam, e as praças urbanas começam a receber as funções de recreação infantil e prática esportiva (Robba; Macedo, 2010).

No cenário atual, as praças ainda são componentes importantes nas áreas urbanas, por sua capacidade de receber grandes fluxos de pedestres e pelas oportunidades de lazer e encontro nas áreas centrais. Por sua grande visibilidade, são consideradas sensíveis às modernizações promovidas pelo poder público, possuindo programas considerados convencionais, baseado nas funções recreativas, contemplativas e ambientais, essenciais para a manutenção da qualidade de vida (Rodrigues, 2016).

Contudo, as transformações tecnológicas vivenciadas na passagem para o século XXI, modificaram o relacionamento dos cidadãos com a cidade e, consequentemente, com seus espaços livres. Neste sentido, as soluções de projeto tradicionalmente adotadas para as praças públicas podem não atender às necessidades dos usuários atuais. A partir de outro ponto de vista, a carência de sua manutenção reflete uma imagem de abandono, dificultando o usufruto desses locais pela sociedade, contribuindo para que sejam vistos e utilizados como lugares de prática de atividades ilícitas e medo (Rodrigues, 2016).

A partir dos anos de 1950, as cidades brasileiras passaram a vivenciar um ciclo de crescimento urbano, muitas vezes desordenado, que contribuiu para a construção de cidades mais espraiadas e fragmentadas. Nesse contexto, o favorecimento do transporte automotor individual e o desenvolvimento de soluções de moradia, trabalho, consumo e lazer baseado em grandes complexos, que simulam as características do meio urbano, contribuem para o enfraquecimento da vida pública (Gehl, 2014). Assim, ao longo do tempo, essas condições levaram à uma crise do espaço público, e consequentemente, à modificação dos vínculos da população com as praças urbanas (Vargas; Castilho, 2006). Nesse sentido, Borja e Muxí (2003) apontam que a privatização sistemática da cidade contemporânea leva à diminuição da importância das áreas públicas de uso coletivo, compreendida como a negação da cidade. Ao negar-se as oportunidades de interação e inovação que ela possibilita, perdem-se vínculos sociais e há empobrecimento cultural.

Historicamente os espaços públicos se relacionam com a ideia de encontro e pertencimento à uma comunidade. Porém, em meio à crise urbana, tais locais tornam-se deteriorados, com seus usos e sentidos reduzidos, empobrecendo a vida urbana (Carlos, 2014). Deste modo, a recuperação dos sentidos, destes espaços que já foram importantes locais de encontro e acolhimento, pode significar a retomada da cidade como domínio público, reforçando a participação popular em termos políticos, administrativos, estéticos e éticos (Casella, 2006). Henri Lefèvre (2008), em “O direito à cidade”, publicado originalmente em 1968, diferencia os conceitos de cidade e de urbano, inferindo que o primeiro é relativo ao suporte físico, enquanto o segundo são as relações sociais construídas nas ruas, praças e edifícios. Assim, as relações entre os dois conceitos sempre foram próximas, havendo a readaptação do tecido urbano sempre que ocorrem modificações sociais.

Entende-se que a ausência de políticas públicas específicas para o tratamento, manutenção e concepção destes espaços, pode levar ao desenvolvimento áreas livres com programas desalinhados com as necessidades da população. Isso contribui para não ocorrer a apropriação destes espaços, intensificando a precariedade destes locais (Macedo et al., 2018). Se as praças são os lugares que permitem o encontro e o convívio entre diferentes, possibilitando o exercício da cidadania, indicar as razões que explicam sua derrocada ou alteração de valor permite compreender o interesse da população por esses lugares, como eles são percebidos pelos habitantes de uma cidade e de que modo interferem na qualidade de vida urbana.

Deste modo, o objetivo deste artigo é avaliar a evolução da dinâmica urbana da Praça Barão do Rio Branco, inserida na região central da sede urbana do município de Ponta Grossa, Paraná, e uma das primeiras praças que recebeu tratamento paisagístico visando o lazer no município, sendo ainda hoje considerada um dos

principais espaços da cidade com essa finalidade. Além disso, busca verificar se as práticas de uso consideradas tradicionais destes espaços (como o passeio, a contemplação e a prática de brincadeiras infantis) ainda são realizadas. A fim de atingir tais objetivos, os procedimentos metodológicos aplicados enquadram a pesquisa em um estudo de caso¹ (Gil, 2009), apoiado em métodos exploratórios, descritivos e analíticos desenvolvidos em quatro etapas:

- i - Pesquisa documental, visando à identificação da evolução da morfologia e tratamento paisagístico do local ao longo do tempo. As fontes utilizadas foram fotografias históricas da praça, documentos oficiais e institucionais, artigos e outros trabalhos acadêmicos.
- ii- Levantamento de campo, utilizando a técnica de observação simples² (Lakatos, Marconi, 2003), para reconhecer as condições físicas e funcionais da praça e a identificação das formas de apropriação do local. A atividade ocorreu em dias alternados, em dias úteis e fins de semana, e horários variados, para permitir o registro de uma maior variedade de fatos. As atividades foram registradas em diários de campo e contribuíram para a construção do formulário de entrevista direcionados ao público da praça.
- iii - Aplicação de formulários com o público usuário da Praça Barão do Rio Branco, objetivando identificar os padrões de utilização do espaço, o perfil dos usuários da praça e as principais atividades ali desenvolvidas. Foram aplicados 109 formulários no local, em horários e dias da semana variados, com pessoas a partir de 14 anos. Destes, 60 indivíduos se identificavam como sendo do sexo feminino e os outros 49 do sexo masculino. A maior parcela de respondentes possuía entre 18 e 35 anos, população identificada como economicamente ativa. A aplicação ocorreu em dias e horários variados (dias úteis e fins de semana, durante os períodos da manhã, tarde e noite). Foram abordados usuários que mantinham alguma relação com o espaço da praça, seja por residirem próximos ao local, por trabalharem ou estudarem na região.
- iv - Comparação dos resultados obtidos anteriormente a fim de: reconhecer as diversas funções e a evolução do espaço ao longo do tempo; avaliar as transformações dos padrões de utilização da praça ao longo dos anos; confrontar as condições de planejamento do espaço urbano e os modos de apropriação pela população atualmente.

2 PONTA GROSSA E SUAS PRAÇAS

Ponta Grossa é um município paranaense, localizado no segundo planalto do estado, distante 116 km da capital, Curitiba. Sua sede se caracteriza como uma cidade de médio porte, e, de acordo com o último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Cartografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, o município possuía 311.611 habitantes, sendo que destes, aproximadamente 98% residiam na área urbana.

A ocupação inicial do município se relacionou com as atividades tropeiras. A fundação do município ocorreu em 1823, a partir do desmembramento de um bairro do município de Castro. Já durante o século XIX, a principal característica da localidade era a confluência de caminhos, que foi potencializada com a implementação das linhas férreas ao final do século XIX, o que reforçou a posição de centralidade do município na região dos Campos Gerais, sendo que a capacidade de intermediação de percursos ainda é uma de suas principais características (Chemin, 2011). A instalação das linhas ferroviárias impulsionou a dinamização das atividades comerciais e o desenvolvimento urbano do município, e exerceu grande influência na conformação de sua estrutura urbana (Monastirsky, 2001). Nas primeiras décadas do século XX, a presença da ferrovia simbolizava o ideal de progresso para o município, sendo que as principais atividades de sociabilidade e lazer urbanos se relacionavam com os novos símbolos de modernidade urbana, como os cinemas e as praças (Chemin, 2011).

Conforme Azevedo (2013) descreve, as cidades médias devem ofertar espaços públicos de lazer em boa quantidade, com sua distribuição uniforme por seu território e com boas condições de usufruto pela população. Porém, Rodrigues (2016) afirma que em muitas cidades com essa função os espaços livres, especialmente as praças, se apresentam em situações insatisfatórias, com equipamentos avariados, mobiliário e arborização ausente, sendo que em muitos locais se observa apenas a reserva de área para implantação, sem qualquer tipologia de intervenção evidente.

Para este trabalho, optou-se por utilizar a definição de praça estabelecida por Queiroga (2016), o autor indica que esses espaços devem garantir a facilidade de acesso para todos os usuários e serem denominadas praças pelo Poder Público. Além disso, sua área deve variar de três a vinte mil metros quadrados, e possuir

alguma tipologia de tratamento paisagístico, como a presença de arborização, pisos nos caminhos para pedestres, iluminação pública e mobiliário que permita a realização de atividades de lazer, ativo ou passivo. Essas características possibilitam sua utilização em horários variados e uma maior visibilidade do local. Essa definição não abrange outras tipologias de praças, como as denominadas “praças secas”, porém, a opção por esse conceito se relaciona com a interpretação popular de que as praças de lazer possuem ajardinamento.

Em Ponta Grossa existem 87 espaços denominados pelo poder público como praças, distribuídas em seus 15 bairros, contudo, nem todos esses podem ser considerados desta forma (Santos Eurich, 2014). Alguns deles possuem características de parque urbano, enquanto outros possuem função de ordenamento de tráfego viário, como rotatórias e canteiros centrais, que recebem tratamento paisagístico, mas não oferecem as mesmas condições de lazer e sociabilidade que as praças. Esses locais estão bem distribuídos pelo território, confirmado o exposto por Azevedo (2013), e têm dimensão média de 4.541,79 m², no entanto, nota-se que possuem áreas bastante variadas. Das 87 praças identificadas, observou-se que 04 não dispõem de qualquer tipo de tratamento paisagístico e que em 09 há inserção de edifícios públicos, panorama que reflete uma prática de gestão urbana que reduz ou interfere nas possibilidades de sociabilidade ofertadas pelas praças.

Com relação a seu partido e programa projetual, nota-se que aquelas inseridas na área inicial de ocupação do município possuem função mais contemplativa, com desenhos bastante tradicionais, inspirados pelas soluções ecléticas. Já aquelas inseridas nas regiões de expansão possuem programas mais diversos, incluindo espaços para recreação infantil e prática esportiva. Nas praças presentes nos bairros mais periféricos é evidente a economia no projeto e baixa oferta de equipamentos. Os principais equipamentos identificados nas praças pontagrossenses de maior dimensão são os campos de areia, que muitas vezes não possuem tabelas, traves e alambrados, demonstrando a falta de manutenção e dificultando a realização de algumas atividades. O playground geralmente possui poucos brinquedos, geralmente padronizados. Já nas praças menores, a principal intervenção realizada é o plantio de vegetações, arbórea ou arbustiva, com a formação de bordaduras.

Deste modo, e apoiado no exposto por Macedo et al. (2018), é possível afirmar que o sistema de espaços livres em Ponta Grossa é caracterizado como informal, resultado das ações estabelecidas pelos diferentes produtores do espaço urbano. Assim, observa-se que em muitos bairros as praças advêm do processo de parcelamento do solo urbano, localizadas em áreas remanescentes e de difícil aproveitamento para composição de lotes. Paralelamente a esse fato, as propostas de projeto paisagístico inadequadas e com manutenção ineficiente comprometem a sua apropriação e utilização.

Algumas das praças existentes no município foram implementadas no início de sua ocupação, em meados do século XIX. Um dos exemplos é a praça Marechal Deodoro, anteriormente denominada Largo da Matriz, considerada como o ponto inicial do desenvolvimento urbano. Outra praça inserida nesse contexto é a praça Barão do Rio Branco, o antigo Largo do Chafariz, que ofertava o abastecimento público da cidade até por volta dos anos de 1940 (Schilder, 2016). No entanto, durante o século XIX, esses espaços se caracterizavam como terreiros, não possuindo nenhuma tipologia de tratamento paisagístico. Essa situação se modifica nos primeiros anos do século XX, quando o município vivencia um ciclo de enriquecimento, devido à implementação da ferrovia. Essa situação reflete na modificação da paisagem urbana, os edifícios de feição colonial são substituídos por sobrados ecléticos, influenciados pelas práticas europeias, que refletiam o ideal de vida na cidade (Monastirsky, 2001).

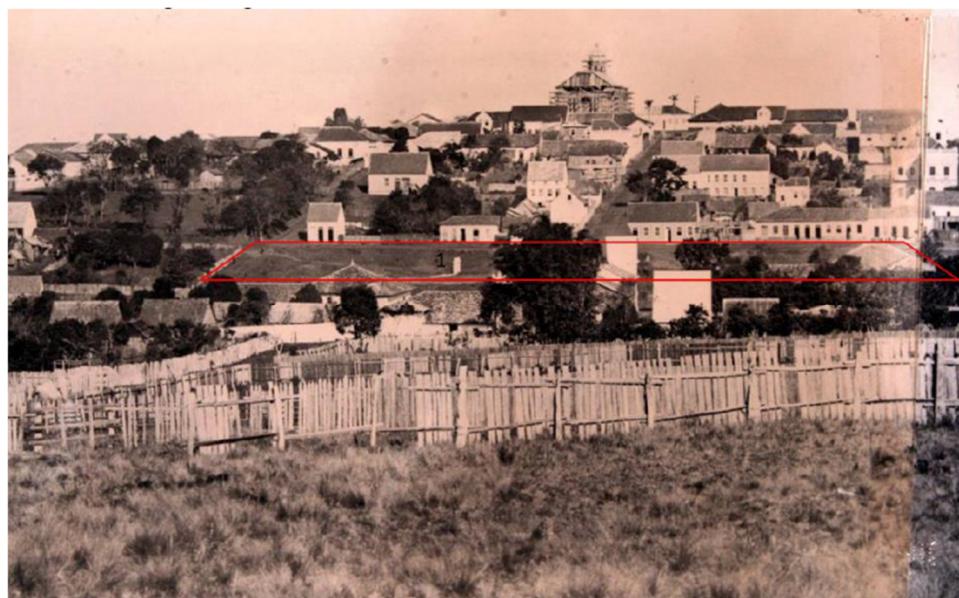
Assim, há a valorização dos espaços livres, as ruas e praças recebem iluminação pública e pavimentação de paralelepípedos de basalto. Nas praças, a intervenção segue o modelo da época. Sua forma é regular, são demarcados canteiros, há a presença de vegetação muitas vezes exótica, com o objetivo de criação de uma paisagem pitoresca, e havia a implementação de espaços para a realização de diferentes atividades, mas com a priorização nas atividades de lazer passivo e contemplação (Caldeira, 2007).

A partir dos anos de 1940, as praças se transformam nos principais espaços de lazer para a população pontagrossense, presentes tanto na região central da cidade quanto nas áreas de expansão urbana. Aquelas inseridas no centro foram reformadas para evidenciar o ciclo de modernização vivenciado pelo município. Já nesse momento, a praça Barão do Rio Branco era identificada como o principal espaço de lazer da cidade, tendo em vista a diversidade de usos possibilitada por sua dimensão e programa projetual (Schilder, 2016). Devido à grande importância simbólica que esse espaço assumiu ao longo dos anos, bem como sua posição privilegiada na paisagem urbana local, sua história é marcada por abrigar eventos cívicos, populares, manifestações políticas e por ser o palco da vida social do município, recebendo as principais atividades de lazer dos fins de semana. Assim, nas próximas seções, será apresentada a sua evolução física e discutida a evolução do uso e apropriação do espaço.

3 A PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO

A praça Barão do Rio Branco é um dos espaços livres mais antigos do município de Ponta Grossa. Os primeiros relatos de uso do espaço são do início do século XIX, época que o local era denominado como Largo do Chafariz (figura 1), devido a instalação do equipamento para abastecimento de água no espaço, e as principais atividades desenvolvidas eram a coleta de água, depósito de resíduos sólidos, acampamento de tropeiros, pastagem de animais, e cavalhadas, que ocorriam geralmente durante as festas do divino (Schilder, 2016).

Figura 1: Vista do Largo do Chafariz, demarcado em vermelho - 1920.



Fonte: Casa da Memória Paraná, 1920

A praça se insere na região central, ocupando uma área de aproximadamente 13.000 m², equivalente à duas quadras. As ruas Saldanha Marinho, Augusto Ribas, Rosário e Bonifácio Vilela delimitam o espaço, sendo que a segunda e quarta via citadas compõem o Caminho das Tropas. À época, em seu entorno havia poucas edificações, sendo que essas eram primordialmente residenciais. O terreno não possuía qualquer tipologia de tratamento paisagístico e o relevo era bastante acidentado.

Por volta do ano de 1852 foi construída a Capela do Rosário, e o Largo passou a ser conhecido por essa denominação, mas ainda sem intervenções mais diretas em seu espaço. Já nos anos de 1880, a comitiva do Imperador Dom Pedro II visitou o estado do Paraná, e condicionou uma série de intervenções urbanas nas cidades presentes no roteiro. Na região da praça, as obras envolveram a drenagem e canalização dos arroios existentes na área e a terraplanagem do terreno (Schilder, 2016). Em 1915 foi publicado o primeiro Código de Posturas do município, que, dentre diversos aspectos, visava a regulamentação das atividades que poderiam ser realizadas nos espaços públicos (Idem). O objetivo era eliminar aquelas práticas consideradas campesinas, como o banho em lugares públicos, e a permanência de animais em frente à estabelecimentos comerciais. Essas deliberações, em conjunto com obras de embelezamento urbano, possibilitaram que os espaços livres pudessem ser utilizados para recreação e passeios.

A partir da análise de fotografias de época, foi possível identificar que as primeiras intervenções paisagísticas realizadas no espaço da praça foram desenvolvidas durante a década de 1920. Sua característica morfológica de então se conformava por dois retângulos, seccionados por uma via que cruza a praça no sentido norte-sul. A porção leste recebeu as modificações originais, com a instalação de um chafariz no centro da área, com função ornamental, circundado por jardins gramados, um parque infantil, quadras destinadas à prática de badminton. A área era cercada e havia uma guarita para o vigilante (figura 2). As intervenções possibilitaram que esse espaço fosse utilizado para o passeio e práticas esportivas. Relatos afirmam que a praça era o local escolhido para as aulas de educação física das alunas da então Escola Normal de Ponta Grossa, atualmente Colégio Regente Feijó. Outras práticas comuns no local eram a realização de eventos cívicos, sendo que eventos relacionados ao centenário de fundação do município, e ao centenário da independência ocorreram no local (Schilder, 2016).

Ao final da década seguinte, a porção oeste da praça recebeu um projeto de paisagismo. Entre as intervenções realizadas destacam-se a pavimentação dos caminhos, ajardinamento de canteiros, seguindo uma linguagem eclética, com bordaduras, inserção de mobiliário urbano, iluminação pública e a construção de uma fonte luminosa e uma concha acústica. Essas intervenções possibilitam a apropriação noturna da praça, sendo que a principal atividade de lazer da população aos sábados era a realização da prática do *footing* noturno (figura 3).

Figura 2: Vista da Praça Barão do Rio Branco – final dos anos 1920.



Fonte: Schilder, 2016

Figura 3: Vista da Praça Barão do Rio Branco – 1942.



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa

No início dos anos de 1940, a praça se transforma em um cenário muito atrativo para a população, possibilitando a realização de diversas atividades de lazer, além de ofertar informação à população local. Na época, o sistema da Rede de Alto Falantes, uma espécie de rádio comunitária que transmitia notícias, músicas e propagandas publicitárias passou a funcionar na Concha Acústica, com alto-falantes dispostos em diversos espaços públicos pontagrossense (Maia, 2015).

Os domingos eram os dias que recebiam o maior fluxo de pessoas. A rotina iniciava com a tradicional missa da Igreja do Rosário, continuava na sessão matinê do Cine-Império, um dos cinemas mais importantes da cidade, localizado em uma das bordas da praça, e finalizava com as competições entre as bandas locais, que aconteciam na Concha Acústica. De acordo com Schilder (2016), naquela época o espaço acolhia as famílias mais tradicionais da cidade, que muitas vezes passavam o dia todo no local, e durante a década de 1950 novas modificações foram realizadas. Reforçando a função de encontro, no primeiro ano da década, em um terreno contíguo à ela foi construído o Terminal Ponto Azul, o primeiro terminal de ônibus urbanos da cidade. Na metade da década, a gestão do prefeito Juca Hoffmann desenvolveu projetos de embelezamento e revisão de equipamentos de diversas praças, sendo que uma das maiores intervenções aconteceu na praça em estudo, com a integração de seus dois setores (figura 4). Neste momento também foi implementado um

monumento em memória de Tiradentes e ocorreu a remodelação do parque infantil, com o fechamento do espaço com gradil e atualização dos equipamentos, além da remoção da fonte luminosa e instalação de um novo chafariz na seção leste da praça. Os usos de lazer se mantiveram, mas foram inseridas as funções de circulação, devido à instalação do edifício do terminal, demolido nos anos de 1970 e transformado em diversos pontos de ônibus ao redor da praça.

Figura 4: Vista da Praça Barão do Rio Branco – 1960.



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa

Durante todo o período, a cidade vivenciou momentos de desenvolvimento, que culmina no ano de 1982 na necessidade de implantação de um novo terminal central de transportes urbano. A gestão municipal optou por utilizar o terreno da praça para essa nova construção, já que uma das principais funções desempenhadas pela mesma era o de recebimento de fluxos de transportes. Para tanto, toda a sua vegetação e equipamentos seria eliminada, o que gerou uma repercussão negativa entre os habitantes.

As obras foram iniciadas em abril daquele ano, sendo que os operários que iniciaram a obra começaram o corte das árvores e quebra de calçadas sob forte proteção policial. A população protestou gerando uma grande tensão, muitos estudantes universitários subiram nas árvores para evitar seu corte e, consequentemente a transformação do espaço. Ao todo, 42 árvores foram cortadas e alguns manifestantes foram presos pela força policial no porão da concha acústica. Ao fim da tarde, o Tribunal de Justiça do Estado emitiu um mandado de segurança impedindo o corte das árvores e modificações na praça (Schilder, 2016). Como consequência, o projeto do terminal de transportes foi engavetado, e as modificações realizadas pela secretaria municipal de obras públicas foram revertidas. Até os anos de 1990, a forma e os equipamentos estabelecidos na praça se mantiveram consolidados. No início da década o terminal de transportes urbanos foi inaugurado em uma localização próxima, o que impactou no uso do local, com a diminuição do fluxo de pessoas durante os dias úteis. No final desta década, houve novas intervenções com a justificativa de promover um resgate histórico do desenho da praça (Idem).

Dentre as intervenções propostas, destacam-se a reabertura da alameda que seccionava o espaço, a reconstrução da fonte luminosa e do Terminal Ponto Azul. Destas, apenas a primeira foi efetivada, gerando intensa discussão e controvérsias até o presente momento (figura 5). Protestos semelhantes ao anterior ocorreram, e a prefeitura recebeu liminares judiciais suspendendo as obras e multas de órgãos ambientais devido ao corte de árvores sem autorização. Posteriormente, em 2004, a praça passa por nova modificação, com a integração do terreno do antigo terminal ao terreno da praça (Schilder, 2016). No terreno foi construído um memorial, composto por um obelisco em concreto armado, instalado no centro de um espelho d'água e um pequeno edifício que inicialmente abrigava lanchonetes e lojas para comercialização de artesanato, e onde atualmente, funciona uma galeria de arte municipal. O edifício também possui um mirante e dois painéis de azulejos que retratam o antigo prédio. Desde então, a praça mantém sua estrutura consolidada, passando por manutenções e trocas periódicas de equipamentos. Alguns destes são remanescentes das intervenções da metade do século XX, e muitas das árvores foram plantadas na primeira intervenção, nos anos de 1920.

Figura 5: Vista das obras de seccionamento do espaço.



Fonte: Foto Elite, 1999

Devido às diversas modificações realizadas no local, é possível identificar mobiliário e pavimentação de épocas diferentes. No playground, apesar da consolidação do espaço, são observados equipamentos em ferro e em material plástico, além dos equipamentos de ginástica ao ar livre e bancos. As ânforas do chafariz foram eliminadas e seu entorno possui piso em *petit pavet*. Em duas esquinas da praça se inserem bancas de jornais, pontos de táxi e de transporte urbano.

Na porção leste, próximo a travessa que secciona o espaço, e em frente ao Colégio Regente Feijó, há uma pequena escadaria, de cinco degraus, que forma um recanto muito utilizado nos horários de entrada e saída pelos alunos do Colégio Regente Feijó (figura 6). Próximo ao Memorial do Ponto Azul há uma estrutura metálica, coberta com estruturas tensionadas que abriga feiras de artesanato. A travessa é estreita, ladeada por vegetação arbustiva, cercas baixas de função decorativa e postes de iluminação no estilo “republicano”. O setor oeste teve menos intervenções ao longo dos anos, mantendo os traçados estabelecidos nos anos de 1950. O que demonstra a tentativa de modernização do espaço é a diversidade de motivos no revestimento da pavimentação. Outro elemento que se destaca como alteração, são as muretas construídas ao redor dos canteiros após as manifestações dos anos de 1980. A massa arbórea desta região é maciça, com exemplares datados da intervenção dos anos de 1940 e mais recentes, da recomposição dos anos de 1980 (figura 7).

Figura 6: Vista do *playground*.

Figura 7: Vista da Concha Acústica.



Fonte: Autora, 2019

Neste local se encontra a Concha Acústica, que possui uso habitual pela Secretaria da Cultura, com apresentações de corais, Orquestra Municipal, Banda Lyra dos Campos, entre outras. Essas apresentações ocorrem geralmente em datas comemorativas, e no período de realização do Festival Municipal de Teatro (FENATA). O local em frente à concha também é utilizado para a realização de outras atividades, como a Feira da Barão, que ocorre quinzenalmente, aos domingos, com venda de produtos alimentícios, artesanato, plantas ornamentais, e área gastronômica (PMPG, 2022).

A figura 8 ilustra de forma esquemática a sequência evolutiva do desenho da praça. Inicialmente (A) apenas o setor leste é ocupado, com espaços destinados à circulação, *playground* e à prática esportiva, posteriormente o setor oeste (B) é ocupado, criando áreas de circulação e contemplação, mas ainda de maneira seccionada. Em meados do século XX os dois setores da praça são unificados (C), e o setor leste é modificado, com a modernização do *playground* e inserção de novos equipamentos, na transição para o século XXI a praça é seccionada em dois setores novamente (D), e é incorporado no setor leste um resíduo do traçado urbano onde anteriormente havia uma parada de ônibus.

Figura 8: Esquema de evolução da praça



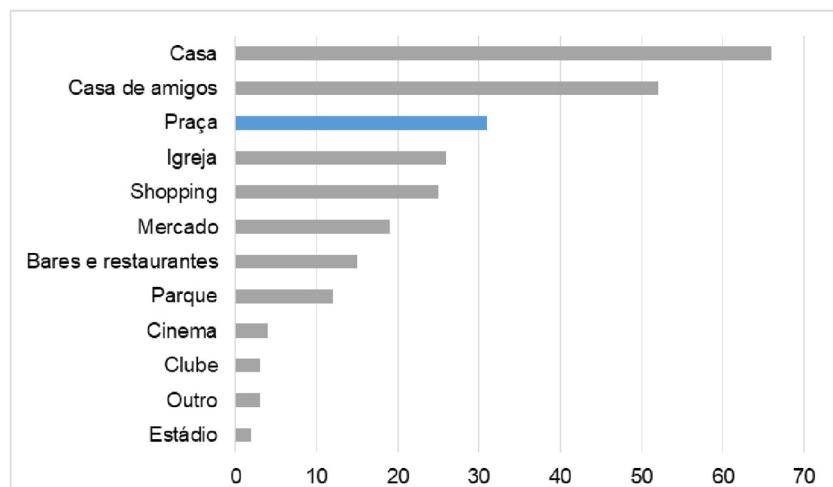
Fonte: de Oliveira, 2025

4 EVOLUÇÃO DE USO E APROPRIAÇÃO DA PRAÇA

A partir da aplicação de questionários na Praça Barão do Rio Branco, foi possível identificar o perfil dos usuários do espaço, suas práticas de lazer e sua percepção sobre o local. Para tanto foram aplicados 109 questionários, no período entre setembro e outubro de 2018, que foram respondidos por 60 pessoas que se identificavam como mulheres e 49 pessoas que se identificavam como homens. As perguntas envolviam assuntos como a caracterização do respondente, práticas de lazer desenvolvidas e a relação com a praça.

A partir da compilação dos dados, notou-se que, entre os entrevistados, o maior número de pessoas se encontrava em idade economicamente ativa, com 77 pessoas entre os 18 e 60 anos de idade. Com relação à escolaridade, a maioria atingiu o segundo grau, e possuía algum tipo de ocupação, como trabalho remunerado ou atividades estudantis. Também foi alto o número de entrevistados que afirmaram ser aposentados ou pensionistas. Ao serem perguntados sobre os locais preferidos para frequentar em momentos de lazer, o público entrevistado demonstrou propensão a permanecer em seu local de residência ou visitar a casa de parentes ou amigos, sendo que a praça aparece como terceira opção mais assinalada. Apesar disso, não é possível interpretar que a maioria dos entrevistados prefere frequentar esse local em detrimento de outros, já que alternativas como “mercado” e “igreja”, quando somadas, possuem um volume maior de respostas. Nos entanto, a expressividade das respostas revela que a praça ainda é considerada um importante espaço de lazer (figura 9).

Figura 9: Proporcionalidade de locais frequentados em momentos de lazer pelos respondentes da Praça Barão do Rio Branco.



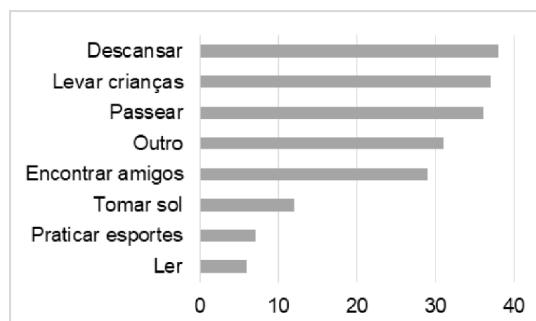
Fonte: Autora, 2019

Sobre os hábitos de frequência na praça, 44 pessoas responderam que a utilizam ao menos uma vez por semana, e outras 28 pessoas indicarem que sua frequência pode acontecer até três vezes por semana. Essas visitas ocorrem de forma equilibrada, nos dias úteis e fins de semana, mas principalmente no período vespertino. Contudo, é curioso notar que muitos frequentadores habituais, que utilizam o espaço como rota de passagem, não se reconhecem como usuários do local.

Ao serem perguntados sobre pontos incômodos na praça, 29 usuários responderam que se sentiam inseguros, tendo em vista que há a presença de moradores de rua e ocorrência de atividades ilegais, como a venda de drogas. Porém não foi possível, a partir dos levantamentos da pesquisa, verificar se essa percepção de efetivava em atos de violência real. No entanto, infere-se que essas sensações de medo nos espaços públicos muitas vezes se relacionam com o medo daquilo que é diferente e desconhecido.

A pergunta sobre quais atividades os usuários desenvolviam no espaço da praça era fechada, mas possuía um campo para que o respondente complementasse caso necessário. Dentre as respostas pré-selecionadas, houve um equilíbrio entre as alternativas descansar, brincar com crianças, passear e encontrar amigos (figura 10). Entre aqueles que indicaram utilizar a praça para outras atividades, o maior volume de respostas indicou a apropriação do espaço como rota de passagem, o que vem de encontro com o exposto por Robba e Macedo (2010), que admitem que essa é uma das funções das praças, especialmente aquelas inseridas em regiões centrais, com alto fluxo de pedestres.

Figura 10: Proporcionalidade de atividades realizadas pelos respondentes da Praça Barão do Rio Branco.



Fonte: Autora, 2019

As duas últimas questões estruturadas eram abertas, e visavam identificar quais elementos eram preferidos ou que geravam incômodo aos usuários, sendo que nessas as respostas poderiam ser múltiplas. Os resultados obtidos por essas questões demonstram quais os motivos que atraem ou repelem os visitantes deste local. Essas eram questões de resposta opcional, sendo que as respostas obtidas foram bastante variadas, assim houve a necessidade em sintetizar em temáticas mais específicas.

Das 106 respostas obtidas sobre os elementos de preferência, 27 afirmavam que os equipamentos do playground eram o elemento preferido no local, e 24 destacavam a importância da arborização. A primeira

opção reflete o indicado anteriormente, em que um grande volume de entrevistados afirma que utiliza o espaço para a realização de brincadeiras infantis. Ressalta-se que o primeiro *playground* da cidade foi instalado nessa praça, nos anos de 1930, tornando-a uma referência neste tipo de equipamento, sendo que ela ainda possui um dos maiores e mais diversificados entre as praças locais.

Com relação à preferência pela arborização, entende-se que isso ocorre devido à pouca presença de vegetação na área central de Ponta Grossa, que está quase toda contida nas praças centrais, e em alguns canteiros centrais existentes em vias mais largas. Outros pontos assinalados pelos entrevistados foi a possibilidade de convivência com outras pessoas, o conforto oferecido pelo ambiente, sua localização e atributos estéticos.

Sobre aquilo que gera incômodo, das 113 respostas obtidas, 53 se relacionavam com a temática da segurança, enquanto outras 41 se associavam à gestão do espaço, como a falta de limpeza e manutenção de equipamentos, mobiliário urbano insuficiente para a demanda do local e estrutura deficiente nos sanitários. Tais questões são presentes nas cidades contemporâneas brasileiras, no entanto, percebe-se nas duas últimas gestões municipais m esforço em responder a essas solicitações da população.

A partir dos levantamentos bibliográficos e documentais, da análise das modificações físicas da praça, aplicação de questionários e observações no local, foi possível demonstrar o processo evolutivo do espaço, sintetizados no quadro 1. Assim, se reconhece que sua forma mantém regularidade ao longo do tempo, sendo que as modificações observadas são relacionadas à abertura e fechamento de vias de circulação e ao anexo do terreno no qual se situava o antigo Terminal Ponto Azul.

Quadro 1: Síntese das fases de ocupação da Praça Barão do Rio Branco.

Item	Fase 1 (1850 – 1920)	Fase 2 (1920 – 1950)	Fase 3 (1950 – 1990)	Fase 4 (1990 – Atual)
Morfologia	Traçado irregular bipartido, topografia irregular, ausência de tratamento paisagístico	Regularização do traçado, implementação de equipamentos de lazer na metade oriental	Ocupação da segunda parcela, Inserção do terminal de transportes e unificação das duas sessões do espaço	Demolição do antigo terminal, anexação do terreno à praça, secção da praça em duas, atualização do mobiliário e dos equipamentos
Funções	Acampamento de tropas e pastagens, abastecimento público de água	Recreação infantil e prática esportiva	Lazer ativo e passivo, circulação de pessoas	Circulação de pessoas e lazer passivo e ativo
Usos	Pastoreio e abastecimento de água	Prática esportiva e recreativa pelos alunos das instituições próximas	Circulação de pessoas durante dias úteis e múltiplas atividades de lazer aos fins de semana, inclusive no período noturno	Declínio dos usos de lazer em detrimento das atividades de circulação

Fonte: Elaborado com base nos levantamentos específicos da pesquisa.

Seu tratamento paisagístico foi alterado ao longo dos anos, pela absorção de práticas específicas de diferentes períodos. Em todas as modificações observadas, a intensão dos novos elementos inseridos era a de qualificar o local para usos mais efetivos de lazer, atendendo as necessidades de um público variado. A manutenção dos usos culturais da Concha Acústica evidencia a efetividade da proposta, e a vontade do público em experimentar tais atividades. Apesar disso, é notável o declínio da função de lazer em favor da função de circulação. Na borda que se localiza em frente ao colégio a movimentação é intensa nos horários de início e final de aulas, demonstrando que muitos estudantes utilizam o local para conversas e espera de seus transportes, enquanto crianças menores brincam no playground. O entorno dos pontos de táxi e bancas de revista é utilizado principalmente por senhores, trabalhadores e usuários desse serviço ou não.

Os maiores fluxos de utilização recebidos pela praça correm nos dias úteis, especialmente nos horários de almoço e final de expediente, ficando subutilizada durante as noites e fins de semana. Visando solucionar essa questão, a gestão municipal criou uma feira de artesanato e gastronomia, contudo, ela não funciona em todos os fins de semana do mês. No entanto, o playground possui grande utilização durante os sábados e domingos, com o maior fluxo de usuários ocorrendo no período da tarde.

Tanto nas entrevistas, quando nas observações diretas no local, notou-se que o público evita utilizar o espaço no período noturno, o que se relaciona com a sensação de insegurança, amplamente citada nas entrevistas como ponto de desconforto na praça. A violência urbana é uma questão crescente nas cidades brasileiras,

mesmo nas de menor porte, sendo mais percebida nas regiões consideradas degradadas, física ou simbolicamente.

Para Jacobs (2014) e Gehl (2016) as áreas públicas inseridas em locais de uso misto, com grande circulação de pessoas, como é o caso da Praça Barão do Rio Branco e seu entorno imediato, deveriam oferecer maior segurança aos usuários. Porém, o que se observa em muitos casos, é que a grande movimentação acaba possibilitando e até ocultando a realização de pequenos delitos, como furtos e venda de pequenas quantidades de drogas.

A partir das respostas do questionário e da observação das práticas de lazer desenvolvidas no espaço, como o lazer passivo, as brincadeiras infantis e o passeio reforçam as concepções de que as praças atualmente devem ser espaços de múltiplos usos, a fim de atender as expectativas de diversos públicos. A importância do *playground* é evidenciada para os usuários, mesmo que outros espaços livres ofereçam condições mais qualificadas para a prática das brincadeiras infantis.

3 CONCLUSÃO

Historicamente, as praças detêm importância nas cidades brasileiras, oportunizando a realização de diversas atividades. Inicialmente suas funções eram primordialmente religiosas e militares, ao longo do tempo incorporaram atividades cívicas, de lazer e ambientais. Devido a essas modificações, aliadas a evolução das linguagens estéticas, seu tratamento paisagístico evoluiu, recebendo novos equipamentos e soluções de projeto.

No período contemporâneo, se admite a fragmentação da imagem das cidades, ocasionadas pelo crescimento da população urbana, associado a práticas de desenho urbano baseados no uso do transporte individual. Paralelamente, as novas tecnologias e espaços que permitem formas diferenciadas de habitação, lazer e consumo contribuem para o isolamento do público, afastando as pessoas daquilo que é entendido como a “cidade real”. Nesse processo, os centros tradicionais são considerados deteriorados, sendo que os espaços livres são percebidos pela população como abandonados, refletindo a dificuldade de gestão do poder público. Essa característica possibilita a realização de atividades indevidas, o que afasta ainda mais a população destes locais, reduzindo as possibilidades de encontro com aqueles que são “diferentes”, limitando o exercício da cidadania.

Assim, reconhecendo que as praças urbanas são, por excelência, locais para encontro e lazer, se estabelece a necessidade de entender como o público em geral se apropria e utiliza desses espaços. Assim, o estudo de caso aplicado na praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa, visa entender a evolução da utilização desse espaço, a partir das modificações físicas implementadas no local.

A partir do levantamento do referencial teórico, comparado com a leitura das fotografias históricas da praça, foi possível compreender o processo evolutivo do espaço e quais foram suas principais utilizações ao longo dos anos. Assim, pode-se analisar que mesmo que informalmente se afirme que vivenciamos um processo de diminuição da importância dos espaços livres de uso público, isso pode ser considerada como uma transformação, derivada das modificações sociais.

A compilação dos dados obtidos na aplicação de questionários revelou que muitos usuários se incomodam com a ausência e com a qualidade do mobiliário urbano. Isso endossa o entendimento de que a manutenção das praças, qualidade e quantidade de equipamentos exerce influência nas formas de apropriação pela população. A sensação de insegurança ao frequentar lugares abertos também é apontada pelos usuários como motivos que os afastam da praça. Além disso, as análises apontaram que, muitas vezes, frequentar a praça não é a primeira opção de lazer dos entrevistados, porém sua importância social não diminui. Sua forma de apropriação se alterou ao longo dos anos, especialmente pela diversificação das atividades de entretenimento contemporâneas. Atualmente, é observado que a principal prática realizada no espaço é o descanso, e em sequência a recreação infantil e o passeio. Isso se deve à sua localização, central e contígua a um importante eixo peatonal que a interliga ao terminal de transportes urbano central, bem como ao esforço desenvolvido pelas duas últimas gestões da prefeitura de Ponta Grossa na promoção dos espaços livres, que ocorre por meio de eventos, manutenção frequentes nos espaços e criação de novas áreas de lazer. Porém é evidente que as propostas projetuais carecem de maior compatibilidade com as demandas atuais.

Apesar da aplicação dos questionários ter ocorrido em 2019, e durante os dois anos posteriores a circulação nos espaços públicos ter diminuído, devido à ocorrência da pandemia de COVID-19, observações recentes evidenciaram que os resultados observados anteriormente não foram alterados. Contudo, devido à maior

presença de pessoas em situação de rua nos espaços urbanos, infere-se que um maior volume de público se sentiria incomodado com a sensação de insegurança.

Os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa se mostraram adequados. Na aplicação de questionários, o público abordado respondeu prontamente ao chamado, não demonstrando dúvidas relacionadas às perguntas. No entanto, a maior dificuldade encontrada se deu na coleta de dados públicos relativos à praça, sendo eles a inexistência de projetos arquitetônicos ou outros documentos técnicos relativos ao objeto de estudo, bem como fotografias antigas. Neste último caso, o maior volume de imagens consultadas pertencia à acervos particulares.

Assim, a partir dos dados analisados, entende-se que a praça Barão do Rio Branco mantém sua importância simbólica ao longo do tempo, ainda sendo palco de sociabilidades e ofertando espaços para a prática do lazer. Contudo, hoje há uma oferta maior de alternativas para o lazer, em contraposição ao passado, em que a praça era a principal opção de divertimento urbano. Desta maneira, a pesquisa atinge seu objetivo, demonstrando que as novas formas de apropriação do espaço são pertinentes à essa tipologia de equipamento urbano. As práticas tradicionais não deixam de acontecer, porém ocorrem com menor intensidade devido ao surgimento de novos espaços que abrigam essas atividades.

Entende-se, portanto, que a pesquisa contribui para a produção do conhecimento acerca dos espaços públicos e história urbana local. A compreensão da evolução física do espaço pode justificar e embasar novas propostas de intervenção, bem como a leitura das práticas sociais desenvolvidas pode auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas específicas para o uso de praças em Ponta Grossa. Espera-se também que a metodologia desenvolvida se torne referência para outras pesquisas, visando uma maior compreensão do processo de formação não apenas dos espaços públicos pontagrossenses, mas de outras localidades com características semelhantes.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, R. J. G. **O espaço público em cidades médias**: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira - SP. 2013. 279 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Rio Claro, 2013
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa. 2^a edição. 2003.
- CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira**: Trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade. Campinas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em história. UNICAMP. Campinas. 2007.
- CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo** São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.
- CASELLA, L. L. C. Hospitalidade dos espaços públicos: possibilidades e dificuldade em torná-lo acolhedor. **Revista Hospitalidade**, São Paulo: Programa de Pós-graduação em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi – UAM, v.3, p.35-45, 2006.
- CHEMIN, M. **Cidade e turismo**: retratos da paisagem urbana de Ponta Grossa, Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.
- DE OLIVEIRA, V. C. V. **Praça Barão do Rio Branco**. 2025. Aquarela sobre papel.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 2^aed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Ponta Grossa – 2018**. Ponta Grossa: Município de Ponta Grossa, 2018
- JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 3^a edição. 2014
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFÉBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2008
- LÖWEN S.; CICILIAN L. Estrutura interna e dinâmica social da cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. H.; LÖWEN S.; CICILIAN, L. (Orgs.). **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; CAMPOS, A. C. A.; GALANDER, F.; CUSTÓDIO, V. **Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: EdUSP. 2018.
- MAIA, F. M. H. **A Concha Acústica**: Espaço Cultural da Princesa dos Campos. Diário dos Campos, Ponta Grossa, 03 out. 2015

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980.

PETUBA, R. M. S. Ponta Grossa: história e historiografia na construção da cidade encruzilhada. In: II Congresso Internacional de História. **Anais eletrônicos do ...** Ponta Grossa: UEPG / UNICENTRO, 2015. p.1-10. Disponível em: <http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1433173407_ARQUIVO_Textocompleto2IICHIUEPG.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PMPG. **Feira da Barão retorna neste domingo**. Ponta Grossa, 10 de fev. 2022. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/49385>. Acesso em 07 de jul. 2022.

QUEIROGA, E. Espaços livres, padrões morfológicos e apropriações públicas na metrópole paulistana. In: **PARC**. Pesquisa em Arquitetura e Construção. Campinas, v. 7, n. 3. p 178-188, outubro, 2016

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. (Coleção QUAPÁ – Quadro do Paisagismo no Brasil). São Paulo: EdUSP, 2010.

RODRIGUES, M. A. P. **Ressignificação histórico-social da praça na cidade média brasileira**: Análise das praças de Formosa de Goiás. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. UnB, Brasília. 2016.

SANTOS, E.; ZÍNGARA, R. **As praças da cidade de Ponta Grossa**: Arborização, infraestrutura e distribuição espacial. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2014.

SCHILDER, C. F. **Transformações urbanas e construção simbólica da praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa – Pr**. Ponta Grossa. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Culturas e Identidades. UEPG. Ponta Grossa, 2016.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: Jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.

NOTAS

¹ Estudo de caso: Gil (2009) define estudo de caso como o estudo aprofundado de poucos objetos, visando uma compreensão ampla do tema em foco.

² Observação simples: Lakatos e Marconi (2003) apontam que, com essa técnica, o pesquisador pode captar dados e conhecimento da realidade a partir de situações casuais, sem que haja uma determinação anterior do que será pesquisado.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade da autora.